UNIVERSIDADE E TOTALITARISMO

Leônidas R. Xausa

Ao paraninfar a turma de formandos de 1966, na Faculdade de Filosofia da U.F.R.G.S., o prof. Leônidas R. Xausa, da cadeira de Política dos cursos de Jornalismo e Ciências Sociais, pronunciou o discurso que aqui publicamos.

A Redação

Meus caros afilhados.

Na cerimônia de colação de grau, que é uma sessão solene de Congregação, se espera, do discurso do paraninfo, seja êste, de certa forma, uma espécie de última aula. Ela é, todavia, uma aula peculiar; peculiar, pelas circunstâncias da cerimônia, pela natureza do auditório, pelo tempo que lhe é assinado, pelo estilo que lhe é característico, e peculiar, principalmente, naquilo que exige do paraninfo em termos de uma definição, envolvendo interpretações, juízos de valor, posturas, de que muitas vezes, tem o dever de se abster quando na sala de aula. Tal pronunciamento, freqüentemente, guarda estreita relação com o objeto e o conteúdo da cadeira por êle regida.

Ora, quando a cadeira que êste paraninfo leciona tem o nome de Política, vem-lhe à mente o que dizia Sir Ernest Barker, quando, no prefácio de seu último livro, após quarenta e um anos de magistério nas universidades de Oxford e Cambridge, lembrava como advertência o aforismo de que “qualquer livro sôbre Política necessita cabelos brancos”. E tal qualificação era a única que êle modestamente reclamava possuir em abundância. Ora, não possuindo eu sequer esta qualificação, sirva-me apenas de escusa o estar cumprindo um dever imposto pela benevolência da vossa escolha que, ao repetir o gesto de vossos colegas, bacharéis em jornalismo de 1963, faz com que êste jovem professor, nos seus cinco anos de magistério nesta Casa, tenha, pela segunda vez, o privilégio de receber tal dignidade. Tenho muitos motivos para receber com emoção vosso gesto, que recolho como generosa expressão de estímulo, distinguindo-me dentre tantos mestres desta Faculdade, mais antigos, mais competentes, e seguramente, mais merecedores.

E peço-vos vênia para, neste momento, fazer partilhar desta honra, ainda que simbolicamente aquêle por cujas mãos ingressei nesta Escola e que nela se jubilou êste ano, após trinta e cinco anos fecundamente dedicados à vida do magistério e da pesquisa — o eminente professor Darcy Azambuja. Ficai certos, de que muito mais do que pudestes ter recebido dos rudimentos imperfeitos da Ciência Política ministrados por seu substituto, vos aproveitará a consideração do exemplo de sabedoria serena e bondade imperturbável do professor Darcy Azambuja, a quem, neste momento, rendo públicamente minha homenagem de gratidão, de afeto e de respeito.

* * *

Mais do que em qualquer outro Instituto da Universidade, é na Faculdade de Filosofia, a qual tem como uma das missões primeiras a formação de professores, que se põe como crucial a problemática da Educação, seus objetivos, encargos e condicionamentos.

A quase totalidade dos graduados desta noite recebe o diploma de Licenciado e, ao optar pela carreira do Magistério, que a maioria já exerce, o fez consciente da paradoxal pobreza do seu reconhecimento social. O professor cujo clima normal é o do convívio com os educandos é, irônicamente, um homem só. Só, em sua busca interior da certeza; só, no momento em que comunica aos alunos o produto de seu estudo e reflexão; só, na responsabilidade individual pelo que diz e ensina. As incompreensões e frustrações não são o acidente em sua vida; muito ao contrário. Ele é, sem dúvida, orgulhosamente consciente da nobreza da sua missão, e tem como grande recompensa moral o fato de saber-se agente importante no processo de crescimento moral e intelectual da juventude. Fora daí sua retribuição única, é a da gratidão ou do estímulo de seus alunos; de regra, expressos em gestos discretos, despercebidos e fugazes, e apenas ocasionalmente, em gestos públicos de generosidade, como o que tivestes comigo — e que servem para amenizar a solidão da sua independência.

No entanto, terríveis são os poderes que lhes estão nas mãos a que a sociedade e a família entregam, confiadamente, crianças, adolescentes, e universitários, todos na fase decisiva de suas vidas, no período de formação em que se vai fixar o perfil básico dos valores que os acompanharão pelo resto da existência. Se vos dissesse apenas isto, não ultrapassaria o que constitui o conhecimento trivial e vulgarizado sobre a responsabilidade do professor. Não tão evidente porém, é a existência

de uma dimensão especial no compromisso de sua vocação, e mais ainda, da especial forma de corrupção associada a êste compromisso.

Caberia indagar, pois, qual a traição particular de que pode ser réu o professor? Qual a especificidade da corrupção, da sua atividade, em contraste, por exemplo, com a corrupção no mundo da política ou no mundo dos negócios? E por que é, esta particular forma de corrupção, infinitamente mais trágica nas suas conseqüências?

— Aqui eu me permito transcrever magistral página do professor Hans Morgenthau, laureado mestre de Ciência Política da Universidade de Chicago, quando diz que há uma enorme diferença não só de grau, mas de natureza, a distinguir as tentações do professor, das tentações, por exemplo, do político e do homem de negócios. A corrupção própria do professor — diz êle — “surge numa esfera cujo valor não é, nem o Poder, nem a Riqueza, mas a Verdade. O professor é um homem que devotou sua vida a “professar”, e o que êle jurou professar é a Verdade, como êle a vê. A mentira num professor é uma falta moral que nega a própria essência de seu chamamento. O Poder e a corrupção andam juntos, como também a Riqueza e a corrupção; a corrupção pecuniária é dêles, uma espécie de filha ilegítima, preformada já em sua natureza. Todavia, a mentira é a própria negação da verdade, o inimigo que busca sua morte. Um professor que mente, não é como o político que subordinou o bem público ao interesse particular, nem como o homem de negócios que trapaceia. Êle é, antes, como o médico que tendo jurado curar, mutila e mata; ou como o policial, que tendo jurado manter a lei, ajuda o criminoso a violá-la. Êle não é, apenas, o corruptor do código pelo qual deve viver, mas o seu destruidor. Esta a peculiar enormidade de seu crime que distingue seus atos da corrupção comum do Poder e da Riqueza”.

Bela lição, de fácil aplauso, mas de penosa vivência. Isto porque, como acrescenta adiante, “um sistema de Educação Superior dedicado à descoberta e à transmissão da Verdade, não é uma coisa à parte da sociedade que o criou, mantém e utiliza. O mundo acadêmico participa dos valores prevalentes em uma sociedade e está exposto às pressões sociais para conformar-se a êles”. Daí quando, surgido o conflito entre êste compromisso de busca da Verdade e as pressões sociais, “maior seja a tendência a sacrificar o compromisso moral, gerando uma tensão, a qual termina, freqüentemente, por um acôrdo e uma concessão — que mantém o compromisso moral dentro de limites socialmente aceitáveis — isentando, por exemplo, de investigação, certos tabus da sociedade”. E conclui êle: “Na medida em que a Verdade é assim limitada e definida, sua busca se deflete de seu

próprio fim e é por isto corrompida. Em ambos os pólos do "spectrum" vamos encontrar um pequeno grupo que ou é subversivo da sociedade por dizer à sociedade o que ela não deseja ouvir, ou então é subversivo da Verdade, por dizer à sociedade o que ela deseja ouvir".

* * *

E qual a natureza da Verdade de que cuidamos? Qual seu modo próprio de tratamento dentro da comunidade acadêmica? Em que consiste dentro da Universidade a liberdade de sua expressão? Finalmente, o que é mais importante, quais seus piores inimigos?

Certamente não temos em vista aquela esfera misteriosa que é a das relações do homem com seu Criador, onde a procura da Verdade, às vezes "agonizante" — na expressão de Pascal — se põe no domínio da fé religiosa. A Verdade de que falamos é a verdade científica e filosófica, que não admite o argumento da autoridade, nem é algo que se recebe pronto; mas deve constituir uma conquista do espírito humano jamais completada através do tempo, numa sucessão de vitórias da razão sobre as forças cegas — na natureza, na sociedade, no próprio homem.

Quanto ao seu modo de tratamento na Universidade, há algo que considero importante dizer porque é freqüentemente objeto de mal-entendidos danosos.

Há um dever capital do professor, que é a contrapartida da sua liberdade — o de não permitir que as opções políticas que como cidadão está obrigado a assumir fora da sala de aula, nela ingressem como veículo de doutrinação ou de pregação ideológica, quer ou não a serviço da ideologia oficial do Estado. É isto por que? A resposta foi dada lucidamente por Max Weber — homem profundamente envolvido na vida política de seu país e sobre ela tendo idéias firmes e apaixonadas — nas duas famosas conferências proferidas em 1918 na Universidade de Munique intituladas *A Política como Vocação* e *A Ciência como Vocação*. E que — diz ele — "o "ethos" da ação política é a luta por uma causa", matéria de opinião, às vezes de fé, freqüentemente mesclada de paixão. Ao contrário, o "ethos" da atividade do professor é a conquista da objetividade racional; seu dever é o de proporcionar ao estudante as informações corretas, de fornecer-lhe os instrumentos da análise, de ajudá-lo a localizar-se em métodos de pensamento, de clarificar-lhe a reta colocação dos problemas, desenvolvendo-lhe o senso crítico e a independência intelectual para que ele, por si próprio, possa livremente alcançar ou realizar suas opções pessoais.

Por isto, o professor que transforma a cátedra em instrumento de indocinação ou de pregação ideológica ou partidária comete uma dupla falta: primeiro, porque pratica uma violência contra a consciência individual dos alunos, que não têm obrigação de compartilhar-lhe as opiniões ou crenças políticas; segundo, porque abusa de sua posição vantajosa enfrentando um auditório com as possíveis vozes discordantes "condenadas a permanecer em silêncio". O professor que assim se comporta agirá como profeta ou demagogo, nunca como professor; e "o lugar do profeta ou do demagogo não é na plataforma acadêmica".

Por fim, se põe a pergunta: em que consiste efetivamente, de parte do professor, a liberdade acadêmica, a liberdade de cátedra, esta preciosa liberdade de cátedra, sem a qual não há Universidade digna deste nome? Minha posição pessoal coincide com a de Sidney Hook, mestre de Filosofia da Universidade de Nova York, cuja opinião reproduzo textualmente: "Por liberdade acadêmica, entendo, a liberdade de pessoas profissionalmente qualificadas, inquirir, descobrir, publicar e ensinar a verdade como elas a vêem, no campo de sua competência, sem qualquer controle ou autoridade exceto o controle ou autoridade dos métodos racionais pelos quais a verdade é estabelecida".

* * *

Ingrata tarefa esta de buscar a verdade e sustentá-la com integridade, não raro, em certas épocas e lugares, sob o risco da impopularidade, da difamação e mesmo da segurança e sobrevivência pessoal e familiar.

Esta última condição se dá, quando, além das pressões sociais a que se fez referência, são acrescidas as pressões políticas e ideológicas presentes nos regimes totalitários ou meramente autoritários. Sobre este segundo tipo de conflito, muito mais grave, é que desejo deter vossa atenção. Pois sabemos todos que a Educação em geral, e a Universidade em particular, são sempre as vítimas primeiras de todos os regimes de força, qualquer que seja o matiz.

A Universidade é o lugar focal, onde, dentro da sociedade, se transmite dinamicamente a cultura às novas elites; mas não através de um modo que eu diria testamentário, onde um patrimônio mecanicamente passa de mão a outra, intocado. Ao contrário, o patrimônio cultural é algo que por sua própria natureza somente se enriquece através de um movimento de contínua reflexão crítica pelo qual ele se refaz e se fecunda permanentemente. Ora, tal reflexão crítica é impossível sem o

livre debate acadêmico de pontos de vista, opiniões e doutrinas divergentes, e sem o exame de todas as novas contribuições intelectuais e das novas realidades que estão continuamente a desafiar o espírito acadêmico, no diálogo com as novas gerações. Sem esta atmosfera, a Universidade tende a se fixar num imobilismo esterilizador. É precisamente esta atmosfera que a torna, quando digna deste nome, incompatível com os sistemas, concepções ou práticas de índole totalitária.

Aqui se impõe, portanto, a questão: o que é, afinal, o totalitarismo?

Sabeis que categorias como tirania, despotismo, ditadura, autocracia, e outras aparentadas com o totalitarismo, embora não raro misturadas e confundidas no uso corrente, e podendo mesmo coincidir parcialmente, expressam realidades distintas, cuja discriminação e refinamento conceitual não escapara já à agudeza do espírito grego. Mesmo o totalitarismo como fenômeno moderno, contém dimensões políticas, econômicas e psicológicas, extremamente complexas, não suscetíveis de uma esquematização crua, sob o risco da simplificação que leva à distorção.

Feita a ressalva, pois, de que estamos jogando com conceitos e realidades limites, creio podermos adotar a penetrante lição do professor John Kautski, da Washington University, numa das mais percuciantes análises sobre a matéria, ao dizer que este algo de próprio na estrutura, métodos e estilo do totalitarismo moderno — que permite abarcar protótipos sob outros aspectos tão opostos, como o Fascismo e o Stalinismo — isto é, o terror total, a arregimentação total, a propaganda e a censura totais, constituiriam realidades intimamente ligadas ao processo de industrialização, podendo desabrochar, conforme o grau, ritmo e circunstâncias desta, nas duas formas opostas que ele denomina, respectivamente, “o Totalitarismo dos Intelectuais” de um lado, e de outro, “o Totalitarismo da Aristocracia e seus aliados”.

No primeiro caso, o modelo típico, embora não o único e não necessariamente de inspiração marxista, seria o da Revolução Leninista, sendo aí a ditadura do Partido ou da Burocracia, o veículo utilizado para introduzir ou acelerar a industrialização, suprimindo, porém, ao lado disto, as consequências políticas que a acompanharam historicamente no Ocidente, como a democracia política, a segurança e a liberdade pessoal. E a suprime em nome de um futuro bem-estar daqueles mesmos que sofrem a supressão, ou de seus descendentes.

Em tal esquema, as revoluções sociais são lideradas por intelectuais fundamente convencidos de que são ou a van-

guarda do sentimento de uma classe, ou representam os “verdadeiros” interesses de todos, ou o inevitável curso da História.

No segundo caso, o do totalitarismo das aristocracias e seus aliados, isto é, o Fascismo, em suas diferentes manifestações, mais ou menos hirsutas, não seria senão o movimento defensivo de segmentos possuidores de uma sociedade que, em certa fase do processo de industrialização, sentem-se ameaçados pela realização das consequências últimas da Revolução Francesa, a qual na imagem plástica de Guido de Ruggero, está para a História Contemporânea assim como um prelúdio para a sinfonia, antecipando-lhe, de forma breve, os temas que serão nela depois desenvolvidos. Nesta linha, a Revolução Francesa conteria de fato três revoluções germinativamente: uma liberal, uma democrática, uma social, destinadas a se realizarem em momentos sucessivos na história. Na oposição a este desenvolvimento é que a descrença nas técnicas liberais de governo recorre ao autoritarismo, a fim de evitar um tipo de avanço social que parece pôr em risco os valores e os interesses de muitos.

Ao nível psicológico, é precisamente a este estado de espírito, a esta síndrome social, que Erich Fromm, em seu conhecido estudo, chamou de “O Medo à Liberdade”, expressão das angústias, frustrações e temores de largos estratos da sociedade colocados em momentos de transição histórica e que, vendo perdidos seus parâmetros de referência tradicionais, se entregam docilmente aos regimes de força sacrificando sua esfera de autonomia pessoal à ilusão de uma falsa segurança. Nesta alternativa, à feição do que ocorre com a personalidade neurótica, diminui-se a angústia por mecanismos de evasão, de falso ajustamento, sem resolver todavia os problemas reais subjacentes que continuam sem solução, agravados com o risco de exasperar-se mais adiante.

Em última análise, no lúcido julgamento de Haroldo Laski “a história da democracia política no período decorrido desde a Revolução Francesa é a história de sua aceitação, sob a condição de que as massas não procurem estendê-la até o plano da vida econômica e social. A fé depositada pelo rico na democracia política é estritamente condicionada à suposição pré-estabelecida de que seus princípios não são aplicáveis no domínio econômico. E é mais do que evidente que se aqueles que vivem de suas propriedades tiverem de escolher entre a continuação da sua propriedade e a continuação da democracia, optarão pela primeira”.

Tal, esquematicamente, a dinâmica de implantação dos dois tipos opostos de regimes totalitários.

* * *

O totalitarismo, entretanto, não é apenas um regime. Seu exame deve ser levado mais longe, para visualizá-lo enquanto um movimento ou enquanto um estado de espírito, que podem estar presentes dentro de uma sociedade ou de um governo, mesmo quando ausente o terror institucionalizado.

Bem nítida ficou esta distinção quando, em 1953, inspirados por Carl Friedrich, reuniram-se na Universidade de Harvard algumas dezenas dos maiores especialistas de vários países nos campos da Ciência Política, Sociologia, Psicologia Social, e Antropologia, para o famoso Simpósio sobre Totalitarismo, do qual é fruto o livro clássico sobre o tema, que tem este nome. Neste Simpósio, Hannah Arendt, que fôra a autora da melhor obra individual até então publicada sobre a matéria, pôs em relêvo o que em seu entender constitui um dos traços definidores dos movimentos totalitários e do espírito totalitário, e que a mim parece também importante salientar, a saber: a sua visão conspiratorial do mundo e das coisas.

Esta visão, que tende a conceber as coisas dentro de uma perspectiva de interpretação unicausal, "serve para libertar o pensamento da experiência e da realidade; esforça-se por injetar uma significação secreta em cada acontecimento e por introduzir a suspeita de uma secreta intenção por detrás de qualquer ato político; o que se produz é uma mentalidade onde o real não é mais compreendido em seus próprios termos, mas automaticamente é presumido como significando uma outra coisa diferente. O mundo da denúncia e do real se separam".

Como resultado inevitável surgem sempre os bodes expiatórios da História: algum grupo especial de pessoas que deve ser perseguido como responsável pela maior parte dos males existentes. Tais grupos ou pessoas mudam no tempo, e de lugar para lugar. Apenas o vilão é diferente. São os Judeus, a Maçonaria, são os Jesuítas, é o Kremlin, é Wall Street, enfim, qualquer grupo ou símbolo identificado como uma "elite onipotente" a cujas maquinacões tudo é referido.

É precisamente a este estilo peculiar de pensamento, a esta peculiar moldura intelectual em que as coisas se põem, com uma peculiar retórica política, que Richard Hofstadter, professor de História Norte-americana da Universidade de Columbia, em obra recente, denominou "o estilo paranóide em Política". Tal expressão toma de empréstimo o termo clínico para expressar, acima de tudo, "um quadro mental, um modo de perceber o mundo e de expressar-se a si próprio, onde estão presentes as notas do exagero ardoroso, da desconfiança sistemática, do hiper-passionalismo, da hiper-suspeição, e da hiper-

agressividade. Em ambos os casos são comuns os sentimentos de hostilidade e perseguição com que as coisas do mundo são percebidas, consistindo a diferença vital apenas em que o paranóico clínico vê a agressão dirigida especificamente contra ele e sua pessoa, enquanto o porta-voz do estilo paranóide em política a percebe como dirigida contra toda uma nação, toda uma cultura, todo um modo de vida, cujo destino afeta não apenas a si próprio mas a milhões de outras pessoas". Daí "o maniqueísmo quase supersticioso existente na fantasia de que quase todos os problemas podem ser reduzidos, simplesmente, a uma batalha entre o Bem e o Mal, considerada em termos absolutos e apocalípticos".

A preocupação central do estilo paranóide é a existência de uma "imensa cadeia internacional conspiratória, mas trabalhando dentro de casa, sinistra, ubíqua, poderosa, insidiosa, preternatural e efetiva, destinada a perpetrar atos do mais hediondo caráter, montando uma maquinaria de influência gigantesca embora sutil, colocada em movimento para solapar e destruir um certo modo de vida". Assim "tudo é retraçado e reduzido a um único centro de influência, a uma única fonte má, que deve ser eliminada por um ato fatal de vitória. O combate se trava não pelos métodos usuais do jogo político, mas através de uma cruzada total, pelo esmagamento implacável do inimigo e pela sua eliminação definitiva, senão do mundo, ao menos do teatro de operações para onde o paranóide dirige sua atenção". Digno de nota é o pedantismo que acompanha tal estilo, e a atração magnética que exerce sobre os semi-intelectuais, perceptível, "na literatura paranóide, no cuidado com a documentação necessária para fundamentar as conclusões para, através de cuidadosa acumulação de fatos, ou ao menos daquilo que parece ser fato, extrair a evidência de que o inacreditável é a única coisa em que realmente se deve acreditar".

Não há lugar para erros. Nada fica sem explicação. Irônicamente, o que existe não é uma falta de fatos; o que há, precisamente, é abundância excessiva de fatos, "alguns verificáveis, outros manipulados e fabricados", para "estar presentes em algum ponto crítico no recital explicativo dos acontecimentos necessários para chegar às mais fantásticas conclusões", por via de um complicado processo lógico que opera afinal "o grande salto do inegável para o inacreditável".

É claro não constituir tal atitude privilégio das causas más, "embora tenha muito mais afinidades com estas do que com as boas". O estilo tem a ver com o modo pelo qual as idéias são abraçadas ou advogadas, mais do que com seu conteúdo. Nem necessariamente se liga a esta ou àquela ideologia, sendo

notórias as identidades entre as manifestações da “direita paranóide” e da “esquerda paranóide”, porque em “ambas é comum uma psicologia fundamentalmente maniquêia”.

O paradoxo final, em tal estilo é a imitação do inimigo e das suas técnicas. Tais pessoas “professam uma crença na democracia e na igualdade de direitos; todavia, em seu próprio zelo pela liberdade, curiosamente, assumem muitas das características do inimigo imaginado. Em condenando a fanática adesão do inimigo a uma ideologia, manifestam uma aceitação igualmente acritica de uma ideologia diferente; em atacando a intolerância do subversivo quanto ao direito de discordar, trabalham para eliminar a discordância e a diversidade de opinião”; em “criticando a lealdade do inimigo a uma organização, procuram comprovar sua lealdade incondicional à ordem estabelecida”.

Até aqui, o livro do prof. Hofstadter. E estes apenas, alguns dos traços da psicologia conspiratorial inerente ao espírito e aos movimentos totalitários.

Mas, como se expressa este espírito na ação? O espírito totalitário, quando não dispõe do poder político, se contenta apenas em anular influências, em desacreditar, em difamar, em destruir reputações, em fazer aquilo que na tradução livre da expressão inglesa se poderia chamar de “assassinio moral”.

Quando, porém, tal mentalidade ascende ao poder, mesmo sem nele predominar necessariamente, mas podendo afetar suas decisões, mesmo nos regimes meramente autoritários, então as palavras se convertem em atos, então o que era antes mera difamação se converte em repressão e em supressão, e avulta desproporcionadamente o combate à conspiração, ao chamado “inimigo de fora”. A “ênfase do inimigo de fora” é fundamental como adverte o prof. Kautski, “pois o regime passa então a identificar com aquele todos os seus inimigos reais ou imaginários”. Assim, exemplifica “para os Nazistas os Aliados eram todos instrumentos do judaísmo internacional e os anti-nazistas não judeus, dentro da Alemanha, instrumentos da mesma conspiração. Para Stalin, todas as potências estrangeiras inamistosas, eram consideradas imperialistas, e toda a oposição interna, incluindo velhos bolchevistas, vista como formada de espiões estrangeiros, provocadores e sabotadores. Para a maioria dos países fascistas o Comunismo Internacional e, ocasionalmente (nos casos da Itália e Japão), também o Imperialismo Ocidental, serviu de inimigo de fora”.

É evidente que tais visões podem incluir fragmentos de verdade. Mas o fato fundamental que importa destacar, como adverte o prof. Kautski, é que, como consequência, “toda oposição interna passa a ser identificada com aquele inimigo”.

E desde que há uma ilusão de unidade interna completa, apoiando o governo e o regime, qualquer um que se oponha ao primeiro corre o risco de ser identificado como inimigo do segundo, de ser considerado “por definição não mais um bom membro da sociedade mas, subjetiva ou objetivamente, um agente do inimigo de fora”. O resultado é uma atmosfera de crise continuada.

A extensão do mecanismo de repressão varia de lugar para lugar, podendo ir desde o mero isolamento social até a verdadeira destruição física, diferenciando-se apenas em função dos instrumentos de coerção disponíveis e aceitáveis, porque, sabidamente, há um limite que não pode ser ultrapassado excessivamente em cada sociedade sob pena de ultrajar certos padrões, culturalmente prevalentes. O espírito, porém, é sempre o mesmo.

A partir de um certo momento, assim identificado o adversário com a conspiração, não é necessário que as coisas aconteçam. Basta que se convença a um grande número de pessoas de que elas devem estar necessariamente acontecendo. Explicados convenientemente os objetivos, métodos, e os tipos de pessoas nela envolvidos, a partir daí torna-se indiferente exista ou não realmente a conspiração, ao menos no grau e extensão com que denunciada. Basta se ter fixado, com suficiente insistência, que é ela que legitima certos atos praticados por certas pessoas contra outras. Se o adversário parece diminuir em número, reforçam-se-lhe as características, amplia-se-lhe a descrição, descobrem-se novos.

A circunstância de que os acusados nada tenham a ver com a conspiração é secundária, como secundária é a preocupação de indagar o que realmente eles pensam ou fazem. Uma vez que alguém seja marcado, segundo critérios totalmente arbitrários, todos os seus atos passam daí para diante a ser interpretados à luz da imagem previamente elaborada, fruto das fabricações mentais e da obsessão zelótica dos seus inquisidores. Todas as ações são convenientemente dispostas para produzir a teoria explicatória. Contraditariamente, se uma das expressões de tal estilo é o excesso de fatos, de um lado, sua outra face é um desprezo absoluto pelos fatos. Estes passam a ser dispensáveis.

É suficiente, afinal, apenas, que alguém no Poder atribua a outrem esta bizarra, indefinível e imponderável coisa, que se chama “mentalidade anti-revolucionária” — como na descrição que em *O Zero e o Infinito*, Arthur Koestler fez dos expurgos associados aos Processos de Moscou na década de trinta.

Descrito o espírito totalitário naquilo que revela de substancial, resta repisar que é ele o inimigo por excelência do espírito universitário.

O verdadeiro intelectual, quando não sucumbe ao dogmatismo sectário, ou quando não se domestica ao Poder pela covardia, é um ser eternamente abominado e perseguido por todos os tipos de espírito totalitário. Sua vocação torna-se seu estigma; seu estigma, sua execração. Seu crime: o da não entrega total da liberdade a um Partido ou a um Estado dominado pelo espírito totalitário.

A Universidade é o lugar do homem que procura a Verdade. O Autoritarismo totalitário pensa já possuir a verdade total.

O espírito universitário hesita, questiona, objeta; sua atitude própria é a da reflexão crítica voltada para os necessários discrimenes intelectuais. Exige o sentido das corretas distinções, dos matizes, das proporções, da dúvida sistemática.

O espírito totalitário é pleno de certezas, sólidas e inabaláveis; de idéias simples e simplificadoras; não admite estar errado, tudo sabe e tudo explica; é linear, uno, unívoco, monocórdio, monolítico.

Em uma palavra: a Universidade é o domicílio próprio da razão. O Autoritarismo totalitário só conhece como argumento a força.

E se alguém ainda tiver ilusões ou dúvidas a respeito do que seja mais próprio à condição do homem; do que é mais valioso; de quem pode mais e, a longo prazo, sempre será o vitorioso; e qual o motivo porque isto é inevitável — permito-me dar a essência da resposta, resumir todas as razões, naquilo que dizia Boris Pasternak;

“Penso que, se se pudesse deter o animal que dormita no homem por meio da ameaça ... o mais elevado emblema da humanidade seria o domador de circo com seu chicote, e não o predador e seu sacrifício. Mas, justamente, o que no decurso dos séculos, tem elevado o homem acima do animal, o que o tem conduzido tão alto, não é a vara, é a música: a força irrefutável da verdade desarmada, a atração de seu exemplo”.

* * *

Meus caríssimos afilhados e novos colegas.

Ao me despedir, permiti uma palavra última sobre vossa missão de graduados e cidadãos, tal como a vejo:

Há alguns decênios se desdobra neste país um processo de transformação global das estruturas herdadas da Primeira

República visando conduzir a Nação da sociedade tradicional e colonial à sociedade moderna, sincronizando-a com as conquistas da tecnologia e da industrialização, para romper com o conjunto de distorções e injustiças que marcam um tipo de sociedade, a qual, na frase de Jacques Maritain, “segrega a miséria como um produto normal de seu funcionamento”.

Tendes um desafio neste tipo de sociedade, quando em todo o mundo, milhões de seres humanos despertam para algo que é inarredável do coração do homem — a reivindicação da própria dignidade. No dizer do jesuíta Pierre Bigo — “durante milênios viveram marginalizados, segundo a palavra de Lucrécio — “humanum paucis vivit genus” — (a raça humana vive para poucos) — forjando um pequeno grupo de privilegiados” dentro de um estado de coisas que, “para a maioria, não é mais que a institucionalização de uma desordem fundamental nas relações da Justiça”.

Diante de tal estilo de convívio humano sei bem de vossa indignação moral.

Entretanto, não seria eu veraz se vos deixasse partir com palavras de otimismo circunstancial e convencional, e não repetisse, uma vez mais, para muitos, que — a indignação moral não é substituto da competência.

Não há pior companheiro do reformador do que o despreparo. Não há pior contrafação da verdadeira reforma do que a reforma inepta. A sede de justiça é um impulso, não um instrumento. Entre o impulso generoso e o resultado eficaz há um enorme espaço reservado à mediação científica, sem a qual, não só pouco será feito mas ainda corre-se o risco de, por inépcia ou insensatez, comprometer, em algumas decisões equivocadas, décadas de avanço social. É por isto que, não apenas como professores e pesquisadores, mas igualmente como líderes sociais, não vos julgueis dispensados do dever fundamental da competência.

Não vos enganeis. A ignorância bem intencionada é tão ou mais nociva do que o conformismo. Não se transforma um país repetindo indefinidamente *slogans* emotivos, meias verdades ou esquemas de importação não criticados. Não se solucionam problemas, simplificando-lhes a natureza. Não se modifica uma realidade que de fato se desconhece ou se conhece insuficientemente. Não se faz ação social eficaz alimentada apenas pelo verbalismo das declarações vazias. Em suma, não se reforma uma sociedade apenas com frases sonoras.

Se quiserdes realmente estar à altura do desafio que se vos faz, não só como graduados mas também como cidadãos, não vejo outro rumo que o da formação de quadros realmente capazes de enfrentar a tarefa que está adiante. E isto só se

obtem através de um caminho: o do estudo, o da seriedade, intelectual e moral, o da disciplina interior, o do trabalho árduo, paciente, muitas vezes obscuro.

Não vos desejo tecnocratas frios, manipuladores de fórmulas ou planos, num bovarismo intelectual que mutila tantas vocações promissoras. Porém, não deixando diminuir vossa sede de justiça, lembrai-vos que uma das marcas da mediocridade é a sua insolência, mas que ela é apenas insolente enquanto poderosa, festejada ou indisputada.

No dia em que o monopólio da clarividência fôr contestado pela afirmação da vossa competência e seriedade então nada vos poderá deter na realização de vossos ideais.

Este o único e derradeiro conselho que ousa dar vosso paraninfo.

* * *

Guardai vosso entusiasmo e vossa flama interior; não vos deixeis fascinar pelo imediatismo; não vos acomodeis à tentação do sucesso; sede fiéis a vós próprios e à vossa consciência; sede dignos do grau que hoje recebeis, honrando vosso juramento. Sede íntegros. E, acima de tudo — sede bons. E sede felizes.